

Família e relações de compadrio em Belém, século XIX

Isabel Teresa Creão Augusto - PPG-UNICAMP¹

Os estudos sobre família no Pará têm sido, até o momento, escassos e com pouco diálogo entre si. Encontram-se dispersos em periodizações e objetivos distintos, dificultando a compreensão do conhecimento acumulado, fornecendo imagens fragmentadas sobre as composições e os modos de viver das famílias paraenses. Essa dificuldade se agrava a medida em que tentamos retroceder cada vez mais o tempo histórico.

Ao nos voltarmos às primeiras décadas do século XIX, o entendimento sobre o papel das famílias na sociedade encontra-se ainda mais limitado, tendo sido até agora alcançado quase exclusivamente por vestígios em documentações e estudos que não as tinham como objeto principal, mas que as permearam em busca de práticas econômicas e políticas na região amazônica.²

Cogitamos sobre a participação da família como agente de projetos realizados pela Coroa Portuguesa, mas desconhecemos quase por completo sua formação e dinâmica como peça fundamental para a vida social local. Todo um universo de informações acerca da forma como estas famílias se constituíam, da origem de seus membros, suas condições materiais, suas vivências cotidianas de trocas e auxílios, até o estabelecimento de laços entre indivíduos, laços esses capazes de promover o desenvolvimento sócio-cultural de suas localidades. Estas e muitas outras questões ainda necessitam de estudos e debates para que se dê início a sua compreensão.

Visando este sucesso, o presente trabalho propõe apresentar os assentos de batismo como opção de pesquisa para o estudo da família paraense. Ainda que possuam um corpus restrito e fragmentado, em suas informações encontramos a diversidade das tipologias familiares, uma vez que os assentos de batismo eram obrigatórios para a população majoritariamente católica e excediam a função religiosa, servindo muitas vezes como o único registro e comprovante legal junto ao Estado ou a Justiça.

As informações apresentadas a seguir foram extraídas do Livro de Batismos da Freguesia da Sé de Belém, que abrange os anos de 1810 a 1822, com assentos tanto da população livre como escrava. A opção em trabalhar apenas com os dados do ano de 1817 está ligada ao caráter preliminar deste estudo e ao desejo de discutir a potencialidade das fontes e suas informações, bem como as possibilidades de expansão que trazem às temáticas dos estudos já realizados.

Insights sobre as famílias de Belém no começo do século XIX

Os assentos de batismo, ainda que seguissem orientações e modelos determinados pela Igreja, demonstram ter sofrido diversas variações em suas informações ao longo de toda a colônia brasileira. Enquanto alguns livros de registro estudados em outras regiões do Brasil demonstram ter estendido a quantidade de informações acerca das condições do batismo, do batizado e de sua filiação³, os assentos do Livro da Sé de Belém se mostram na maioria das vezes sucintos.⁴

O caráter restrito de algumas informações não impede, entretanto, que um precioso material seja adquirido. A fim de elucidar a questão, escolhemos como possibilidade de estudo uma análise breve da composição e das condições de vida das famílias: partimos da distribuição dos assentos segundo a cor dos batizados ou a de seus genitores⁵, da divisão dos registros entre os nascidos de relacionamentos legitimados pelo matrimônio ou não, além da contribuição provinda pela importação de mão-de-obra escrava.

O detalhamento e a transformação dos casos encontrados em números sem dúvida colaboram para que tenhamos uma melhor perspectiva da participação das diversas etnias na composição das famílias da cidade, como também na diversificação das relações e alianças entre indivíduos. Porém, não só a quantificação dos assentos, mas também acompanhamento de algumas personagens e de histórias pessoais, com o olhar atento sobre os relatos rápidos e as particularidades dos casos, podem nos permitir alcançar redes ainda mais extensas e dinâmicas das relações pessoais locais.⁶

Para o ano de 1817, o livro de assentos da Sé denuncia a existência de 272 registros que totalizam 294 batismos. Distribuídos segundo a cor e o estado de legitimidade ou não do batizado, encontramos o seguinte quadro:

Distribuição dos batismos registrados seguindo a cor e a condição de legitimidade ou não dos indivíduos batizados (freguesia da Sé, 1817 – Belém)⁷

	Legítimos		Ilegítimos		Adultos	
“Branco” ⁸	70	23,8%	48	16,3%	–	–
Escravos	13	4,4%	57	19,4%	48	16,3%
Gente de cor livre	04	1,4%	35	11,9%	–	–
Índios	03	1%	05	1,7%	–	–
Total	90	30,6%	145	49,3%	48	16,3%

Obs: Os 3,8% restantes, por carência ou omissão das informações nos respectivos assentos, não puderam ser inseridos nas categorias da tabela acima.

Primeiramente, destacamos a representatividade apresentada pela porcentagem de filhos legítimos de casais brancos: 70 de um universo de 294 batismos. Levando em conta o número alcançado pelos batismos de ilegítimos, o potencial da população branca aumenta sem, contudo, configurar-se o principal grupo de nascimentos.

Ao considerarmos que Belém era uma das localidades que mais concentrava população branca dentro da capitania do Grão-Pará (sediando as principais instituições de governo e Justiça na região) e que a ocupação inicial local foi realizada por oficiais e gente do serviço militar e suas famílias, é possível colocar uma primeira questão, qual seja, o perfil da população, que apresentava diversificação de cor e origem. Como ponto estratégico para a defesa do território contra uma possível invasão inimiga pelo do Rio Amazonas, Belém teve desde sua fundação a presença militar, o que acarretava em homens de origem branca e suas respectivas famílias. No entanto, a cidade não estava mais restrita a esta função política, nem sua população encontrava-se limitada à cor e origem daqueles que tinham como função a preservação do controle português na região.

Ao mesmo tempo, encontramos uma quantidade significativa (dentro deste universo de nascimentos) de mulheres solteiras ou que provavelmente viviam relacionamentos não legalizados pela doutrina católica, tendo filhos de forma independente e constituindo famílias que passavam a exceder os padrões daquelas inicialmente trazidas para a ocupação.

Sobressai a baixa participação de índios no crescimento populacional da capital. Durante o século XVIII, foi grande a preocupação do governo português com a população indígena na região, sendo constante as tentativas de incorporá-la à população branca, transformando-os também em agentes de ocupação e manutenção do território luso. A instituição do Diretório dos Índios em 1750 é, provavelmente, o símbolo deste esforço, com a formação de vilas e freguesias indígenas no interior do território, com a presença marcante da Igreja e do Estado.⁹

Com a investida da Coroa sobre a gigantesca população indígena, é interessante constatar o aparente desinteresse dos índios pela migração e residência na capital. Ainda que o termo da cidade de Belém abarcasse freguesias originadas de aldeamentos indígenas como Beja, Conde e Barcarena, nem mesmo a proximidade e as dependências político-econômicas destas localidades parecem ter incentivado o fluxo de indígenas para a cidade, que registraram índices baixíssimos de participação nos assentos de batismo de 1817.

Já os números obtidos referentes à população negra escrava ou livre trazem novo fôlego e reafirmam alguns aspectos que têm sido matéria de estudos recentes sobre o Estado do Pará e a região amazônica. Eles dão conta de uma maior participação dos grupos de cor no crescimento demográfico, no trabalho (como mão-de-obra escrava), no cotidiano e na diversidade cultural da região amazônica.¹⁰

É interessante observar a proximidade dos números de nascidos entre a população branca e negra: entre legítimos e ilegítimos, brancos totalizaram 118 batizados, enquanto negros (livres e escravos) chegaram a 108. Se considerarmos não apenas os nascidos mas também os escravos adultos batizados naquele ano (o que nos sugere o recém ingresso destes na capitania), a soma das pessoas de cor sobe para 157.¹¹

A grande concentração, entre as crianças de cor batizadas, na condição de filhos ilegítimos, nos são extremamente sugestivas e indicam possibilidades de estudos sobre as tipologias e condições de vida das famílias negras escravas e livres. Se analisarmos somente os números encontrados para a população de cor, os filhos ilegítimos representam 71,25% da população nascida cativa e 89,7% da população de cor livre nascida naquele ano na cidade de Belém. A alta concentração de nascidos como filhos de mães solteiras aponta as dificuldades enfrentadas na manutenção da própria subsistência e da família, bem como a diferenças entre o ideal da Igreja de união de casais com o respectivo nascimento da prole e a prática de uniões livres já analisadas em estudos sobre diversas regiões da colônia no Brasil.¹²

Ao analisarmos os 48 negros adultos recém incorporados aos cativos da cidade, eles simbolizam 40,6% do total de escravos acrescentados à população no ano de 1817, sendo comuns as nações Mandinga e Angola, entre outras sugeridas pela documentação. Não só a reprodução natural da população, mas o constante acréscimo de pessoas através do mercado escravo, por exemplo, se mostram alternativas importantes e que não podem ser desprezadas ao se levar em consideração as origens e as características possíveis das famílias residentes na Belém colonial.

Os números alcançados aqui não podem ser pensados de forma isolada ou tomados como referência final sobre a questão. Mas estão em consonância com propostas e resultados de outros estudos, afirmando-se assim como um caminho importante a ser considerado, não somente para a história da família, mas para uma compreensão particularizada sobre cada grupo apresentado. Para nós, abre a possibilidade de pensar que as famílias de Belém em 1817, formavam uma população de muitas origens, de muitas cores. Cabe a nós dar prosseguimento a esta averiguação.

Compadrio e as redes de auxílio-mútuo: firmando laços

A historiografia, através de muitos estudos sobre a temática da família, tem demonstrado que nascer, casar e morrer eram os marcos da vida individual e coletiva na

colônia portuguesa. Por serem eventos religiosos e com participação coletiva, seus rituais, celebrações e registros tornam-se fontes imprescindíveis para os estudos que almejam compreender o cotidiano, as redes de relação e de amizade, dentre outros objetos que faziam parte da vida social ou cultural da colônia.

Em vista disso, os assentos de batismo da Freguesia da Sé de Belém podem elucidar questões a respeito da prática do compadrio, dos significados e implicações na escolha dos padrinhos; como esta escolha se relacionava com o cotidiano das famílias ou objetivava melhorias e esperança de novas possibilidades para as crianças e suas famílias. O batismo, como evento religioso, proporcionava a benção e o começo da vida para aqueles que adentravam na fé católica. Mas também era um evento que firmava laços de amizade e dependência entre indivíduos que poderiam ser determinantes para o desenvolvimento de suas futuras redes de relações pessoais.

Em meio a massa dos batismos, destacam-se registros e histórias de pessoas que compunham dois grupos que viviam em condições distintas: a elite local, formada por homens com cargos militares, negociantes que residiam na cidade, comerciantes locais e alguns agricultores de posses, sem esquecer de suas esposas ou viúvas, sempre precedidas pelo título de “donas”. O outro grupo trata-se das mulheres de cor: pretas, mulatas, cafuzas, mamelucas, cativas ou não e sempre solitárias, registrando os filhos de “pai incógnito”.

Para ambos os grupos, a escolha dos padrinhos se mostrava um momento simbólico importante na constituição de laços de amizade. Da mesma forma que sinalizam estudos anteriores a respeito desta matéria, pareciam visar as condições materiais das redes de convívio nas quais os batizados e suas famílias estariam daquele momento em diante inseridos.

Se para a elite local os padrinhos refletiam a manutenção das relações e o trato entre semelhantes, para as mulheres escravas ou forras este era o momento de conseguir vínculos com indivíduos de melhores condições, que poderiam colaborar com um futuro melhor para si e seus filhos.¹³ Este foi o sucesso de Maria do Carmo, “filha da mulata

Felizarda, pai incógnito, escrava de Joaquim José, que por seu escrito declarou fosse esta inocente [livre] desde este dia por convenção que fez com o Padrinho Tenente Secretário Gabriel José de Sousa por haver recebido o seu valor”.¹⁴

Na maioria dos assentos, o que observamos até o momento é a preferência por pessoas comuns, indivíduos de igual condição e provavelmente participantes do convívio diário. Pessoas freqüentemente chamadas para serem padrinhos ou indivíduos que revezavam sendo uns padrinhos dos filhos dos outros. Escravos, negros forros e pessoas de vida simples, sem sobrenomes conhecidos e sem cargos públicos dividiam a celebração do batismo e reafirmavam laços e trocas presentes no cotidiano muito mais do que projetavam a utilidade ou os ganhos futuros que a escolha dos padrinhos poderiam trazer.

As relações cotidianas refletidas nos batismos de toda a gente

O objetivo maior deste trabalho é reforçar a necessidade de aprofundar os estudos sobre família no Pará e afirmar o potencial de utilização dos assentos de batismo como documentação para estas pesquisas. Neles encontramos condições para a discussão de temas como a participação de diversos grupos da sociedade, na composição das famílias (mesmo que não sejam abordados sob uma perspectiva demográfica) e as condições e dificuldades da vida no interior das famílias, refletidas, por exemplo, nos nascimentos de ilegítimos.

Mais do que indicadores de crescimento populacional, os assentos de batismo podem ser utilizados como fontes para uma história sócio-cultural da colônia, ao servirem de canal para a expressão ou afirmação de laços, trocas e do convívio que eram parte do cotidiano das pessoas envolvidas, ou que passariam a constituir, a partir daquela celebração, um novo vínculo e uma nova possibilidade na vida dos envolvidos.

Se as certidões de batismo são uma opção importante para a História da Família no Pará, necessitando de maior atenção e estudo, aprofundar as investigações que tenham como objeto principal as famílias e os grupos de convívio paraenses é possibilitar novas perspectivas para a história regional.

¹ Mestranda do Departamento de História da UNICAMP, sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª. Leila Mezan Algranti.

² Artur Cezar Ferreira Reis. *Limites e demarcações na Amazônia Brasileira*; 2ª edição. 2 vols. Belém: SECULT, 1993. Roberto Santos. *História econômica da Amazônia: 1800 – 1920*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980. Flávio dos Santos Gomes (org). *Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – séculos XVIII/XIX*. Belém: Ed. Universitária, UFPA, 1999. Carlos Augusto Bastos. *Vadiagem, costumes e trabalho: homens livres pobres e os recrutamentos nas companhias de trabalhadores (1838 – 1859)*. Monografia de Graduação.

³ Enquanto no Mato Grosso pôde ser encontrada nos assentos a idade das crianças batizadas, enquanto em São Paulo eram fornecidas as mesmas informações de pais e padrinhos (estado civil, a que freguesias pertenciam, onde moravam, entre outras). Em nenhum momento pudemos identificar a idade das crianças registradas e muito raramente os assentos de Belém informam algo além dos nomes dos padrinhos e seus cargos públicos. O dados sobre estas localidades foram conseguidos, respectivamente, em: Maria Adenir Peraro. *Bastardos do Império: família e sociedade em Mato Grosso no século XIX*. São Paulo: Contexto, 2001; Eliana Goldschidt. Matrimônio e escravidão em São Paulo colonial: dificuldades e solidariedades. In: Maria Beatriz Nizza da Silva. (Org.) *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. Pp. 59-72.

⁴ Não podemos deixar de frisar que este livro trata-se de uma cópia do original, realizada na primeira década do século XX, devido ao estado de decomposição do original. Muitas lacunas de informação e espaços deixados em branco demonstram falhas e dificuldades enfrentadas pelo padre responsável pela cópia ao lidar com os originais.

⁵ É interessante observar que os assentos de crianças não expressam a cor das mesmas, apenas a cor dos pais. Em se tratando de filhos legítimos a determinação tende a ser mais fácil, pois tanto a cor da mãe como a do pai costumava ser especificada, quando não se tratava de um casal de brancos. Contudo, para filhos de “pai incógnito” torna-se impossível a mesma operação, uma vez que não temos como alcançar a origem ou a cor destes.

⁶ Para não mencionar o cruzamento dos nomes localizados nas listas de batismos com os de indivíduos presentes em outros documentos como inventários *post-mortem*, testamentos, autos de justificação e outras fontes vastamente trabalhadas nos estudos que discutem a família no Brasil, o que tornaria ainda maior o poder de análise das fontes de batismo.

⁷ Arquivo da Cúria Metropolitana de Belém. Livro de assentos de batismo da freguesia da Sé (1810-1822).

⁸ A denominação “Branco” não está presente nos assentos. Contudo, em meio a uma multidão de indivíduos de descrições e origem simples encontramos também homens de posição militar ou religiosa, mulheres intituladas como “Donas”, devido a condição abonada de suas famílias ou de seus maridos, além de agricultores, comerciantes, escrivãos, ou seja, uma grande diversidade de pessoas que possuíam efetivamente origem branca, ou que pelos cargos e posição social adquiriram a condição de brancas. Da mesma forma, admitimos que a ausência de uma discriminação em relação a cor ou a condição de escravo, livre ou liberto implica automaticamente em indivíduos nascidos livres e considerados brancos.

⁹ Sobre o Diretório dos Índios ver: Rita Heloisa de Almeida. *O diretório dos índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII*. Brasília: UNB, 1997.

¹⁰ O estudo da presença e participação negra na Amazônia não é recente. Contudo, por muito tempo acreditou-se (e uma memória historiográfica ainda persiste) na afirmação de que esta atuação teria sido praticamente nula. A partir da obra de Vicente Salles *O negro no Pará, sob o regime da escravidão*. (Rio de Janeiro: FGV; Belém: UFPA, 1971), a temática negra ganhou força na região, e cada vez mais estudos locais reafirmam não só a presença e as questões mais comuns, como trabalho e violência no mundo da escravidão, mas também a importância deste grupo nas redes de sociabilidade e na construção da vida social na região, sendo estas duas últimas também de interesse nosso. Para conferir as produções mais recentes, ver: Luciana Marinho Batista. *Demografia, família e resistência escrava no Grão-Pará (1850 – 1855)*. In José Maia Bezerra Neto & Décio Guzmán (Org.) *Terra Madura: historiografia e história social da Amazônia*. Belém: Paka-tatu, 2002; José Maia Bezerra Neto. *Escravidão negra na Amazônia (séculos XVII-XIX)*. Belém: Paka-Tatu, 2001; Andréa da Silva Pastana. *Organização de famílias escravas estáveis e visões de liberdade*. Monografia de graduação, Belém, UFPA, 1998..

¹¹ É necessário contrapor que muitos indivíduos adultos de cor branca poderiam se estabelecer na cidade sem que tenhamos acesso a este número, uma vez que estas pessoas teriam sido batizadas em suas localidades de origem. Contudo, muito mais do que determinar com precisão o número e a porcentagem de crescimento do ano de 1817, nosso objetivo aqui é evidenciar a diversidade da população local e a participação de várias camadas sociais na vida local, superando diferenças de cor, origem, condição social e material.

¹² Sobre a constituição das famílias e a preocupação e interesse da Igreja no controle das mesmas, é importante citar: Luciano Figueiredo. *Barrocas Famílias – vida famílias em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: HUCITEC, 1997. LONDOÑO, Fernando. *Público e escandaloso: Igreja e concubinato no Antigo bispado do Rio de Janeiro*. Tese de doutorado, São Paulo, USP, 1992.

¹³ Diversos estudos sobre a escravidão apontam as estratégias de famílias negras durante o período colonial. Aqui, volto a destacar a monografia de Andréa Pastana como trabalho que estuda as famílias negras de Belém na década de 1870 até a abolição e que também identificou a escolha de padrinhos como um dos mecanismo para as famílias superarem dificuldades e carências do cotidiano.

¹⁴ Arquivo da Cúria Metropolitana de Belém. Livro de assentos de batismo da freguesia da Sé (1810-1822), Data: 30.07.1817.